

Shawn Parkhurst *

Produção de identidade no Alto Douro **

Na aldeia do Alto Douro onde realizei trabalho etnográfico de campo¹, durante 1993 e 1994, algumas famílias que me convidavam para sua casa apresentavam desculpas pelas refeições que serviam. Começavam por avisar-me que haveria pouca carne, que era comida «de pobres», que me iriam servir comida de lavradores. Tendo em conta o lugar onde eu residia na aldeia, estes lavradores pensavam que eu iria achar insuficiente a sua comida. No entanto, famílias bastante abastadas da aldeia também reivindicavam esta identidade de lavrador, pelo menos algumas vezes (mas não sentiam nenhuma necessidade de pedir desculpa pela sua comida). Esta foi uma contradição com que me deparei no terreno: nesta região vitícola, com os lavradores a ocuparem, provavelmente, todas as casas habitadas, existiam lavradores «verdadeiros» e outros não tão verdadeiros?

Para alguém que chegou à região do Alto Douro com perguntas baseadas na literatura antropológica sobre o Norte rural de Portugal, esta experiência transformou-se numa peça de um grande *puzzle*. O relativo igualitarismo, que se associa geralmente a uma agricultura mais orientada para a subsistência, das zonas montanhosas de Portugal, podia explicar a aparente elasticidade da categoria social de lavrador. Embora alguns etnógrafos – como Brian O’Neill – tenham argumentado, persuasivamente, que a «real hierarquia social» não é estranha às populações do Norte rural de Portugal que habitam em regiões inóspitas (O’Neill, 1987:

* Universidade da Califórnia, Berkeley.

** Tradução de Paula Montes Leal.

1 Gostaria de agradecer ao povo de «Socalcos» e «Cimo» (tanta gente que não me é possível mencionar todos os seus nomes) todo o apoio dado ao meu trabalho. Gostaria de agradecer, também, ao Paul Duguid, à Jean Lave e à Nadine Fernandez pelos seus comentários, ao Gaspar Martins Pereira e ao GEHVID pelo seu interesse e apoio e à Paula Montes Leal pela tradução. Qualquer erro de interpretação é da minha inteira responsabilidade.

12), o facto é que este tipo de terreno parecia, de alguma forma, omitir a rígida divisão social, assim como parecia conferir significado à noção de relações igualitárias. Contudo, o Alto Douro, com o seu secular envolvimento no capitalismo agrário-comercial, devido a uma viticultura intensiva, é, entre as regiões do Norte de Portugal, o candidato menos verosímil para ser um local de nivelamento igualitário. Mais, o Alto Douro sempre foi apontado pelos escritores portugueses – Miguel Torga e Alves Redol vêm imediatamente à ideia – como um local de intensa exploração. Só a região do Alentejo, no Sul de Portugal, com os seus vastos latifúndios, é considerada comparável, em termos de divisão de classes.

Na minha dissertação, tento debater-me com estas contradições. A questão do lavrador e das outras categorias sociais, no Alto Douro, constitui apenas uma parte da problemática mais vasta deste meu trabalho – como é que esta região é produzida a partir do seu interior através de relações político-económicas, estruturas sociais e práticas culturais localizadas. Entendo o Alto Douro como uma espécie de região intermédia em Portugal, não só pela forte combinação de características ecológicas «atlânticas» e «mediterrânicas» (Lema, 1980; Medeiros, 1987: 114; Valagão, 1990: 45), mas também pela mistura de categorias das suas classes sociais. Em termos ecológicos, o Alto Douro combina uma paisagem vitícola com elementos das zonas frias e montanhosas, produtoras de cereais, que existem na sua orla. Em termos sociais, a categoria de lavrador ocupa uma posição intermédia entre as outras categorias, como a de proprietário e de jornaleiro². Neste trabalho, tento explorar o que justifica a atracção exercida por esta posição intermédia sobre a maioria das pessoas ligadas a uma aldeia concreta do Alto Douro.

Para haver uma posição intermédia é necessário que existam extremos. Embora o Norte de Portugal seja famoso pelo seu modelo de pequenas propriedades, se comparado com o Sul do país, é precisamente na região vitícola e, particularmente, na região do vinho do Porto que as grandes propriedades são um aspecto proeminente da paisagem. São as quintas das famílias ricas, há muito tempo gozando de um *status* elevado. E, embora os trabalhadores mais pobres cheguem, tradicionalmente, das regiões vizinhas, de herdades camponesas, para trabalharem durante as vindimas a troco de baixíssimos salários, o facto é que, desde há muito, o Alto Douro é ocupado durante todo o ano por trabalhadores sem terra (Bennema, 1992).

² A categoria de lavrador é considerada intermédia em parte pela sua mobilidade em relação a outros termos. Esta mobilidade é visível não só durante os trabalhos de campo, mas também nos textos etnográficos. O interessante relato feito por J. A. Pinto Ferreira (1969) sobre as relações sociais, os tipos de povoamento e a religião, é, também, um exemplo da forma como os termos «lavrador», «lavrador remediado» e «proprietário rico» podem deslocar-se dentro do mesmo registo da vida social do Alto Douro.

O Alto Douro pode muito bem ser distintivo, pelo menos no Norte rural de Portugal, pela sua rígida divisão de identidade social entre as posições de proprietário e daquele que pouco mais tem que a sua força de trabalho. No entanto, é evidente, que o centro não se sustenta se não existir um ponto de mediação social; e o Alto Douro não desabou com a luta de classes. Ao abordar, na minha dissertação, a questão da produção social da região, através de processos localizados, torna-se crucial realçar este ponto de mediação social para entender a produção humana de uma região social, cultural e muito material. Em meu entender, a categoria social do lavrador é importante para uma pressão localizada e inerente à sua semântica social. Isto é, se a condição de lavrador é a procura, da sociedade, por um terreno intermédio, o facto de estarmos a falar literalmente de terreno (solo) é tão importante como a ocupação de uma posição social intermédia.

O Alto Douro tem uma paisagem espantosa. Aqui, as vinhas sobrepõem-se em terraços de variadas formas, tamanhos e idades, com um único pormenor em comum: estão todas enraizadas nas encostas esculpidas pelo rio Douro. Ao longo do rio, nas sessenta quilómetros entre Barqueiros e a fronteira espanhola, o vinhedo afasta-se das margens, por vezes até trinta quilómetros para norte e a mesma distância para sul, ao longo dos principais afluentes.

Contudo, a região não é toda talhada no mesmo pano. Existem três sub-regiões marcadas por afluentes específicos e distinguindo-se por ecologias ligeiramente diferentes, pelos modelos de propriedade e pelo momento de integração na região envolvente (Sousa e Pereira, 1988). Indo de jusante para este, em direcção a Espanha, são elas: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior. Rio acima, a predominância da produção de vinho diminui, ganhando importância as azeitonas e as amêndoas, em parte porque ao subir o rio se atingem condições climáticas mais quentes e secas. No entanto, o Cima Corgo é a zona onde, em particular, a produção de uvas para vinho do Porto domina completamente a vida económica. Realizei o meu trabalho de campo, ao longo de treze meses, nesta zona intermédia.

Nesta parte do Alto Douro, os padrões de habitação dividem-se em quintas – com tendência a estarem perto do rio e a serem algo fechadas sobre si mesmas –, cidades comerciais – também perto do rio –, e aldeias e lugares – que ficam mais altos e mais afastados do Douro e onde a identidade do lavrador é, especialmente, afirmada. Para aprofundar ao máximo os conhecimentos, passei a maior parte do tempo com os habitantes de uma aldeia, à qual chamei *Socalcos*, sede de uma freguesia perto do Pinhão, embora também tenha passado algum tempo noutros lugares e na outra aldeia principal dessa freguesia.

As uvas produzidas localmente são classificadas pela Casa do Douro, a instituição regional que regulamenta a produção de uvas para vinho do Porto. Às uvas com melhor classificação é dado um benefício, isto é, têm um certificado para

venda aos produtores de vinho do Porto e, conseqüentemente, atingem um preço cerca de quatro vezes superior ao atingido pelas uvas com pior classificação, quando vendidas para vinho de mesa. A classificação atribuída às uvas depende, em grande parte, da altitude da vinha, com as uvas cultivadas mais perto do rio a qualificarem-se mais frequentemente para o benefício.

Estar no coração da região significa, relativamente à freguesia onde trabalhei, estar firmemente implantada na zona dos maiores benefícios. A própria aldeia de *Socalcos* situa-se a uma altitude mais baixa que a segunda aldeia da freguesia, *Cimo*³, estando, por consequência, mais profundamente e há mais tempo envolvida na economia do vinho do Porto.

Socalcos fica a cerca de dois quilómetros acima do Douro, sobre um pequeno vale. Existe uma quinta nos limites mais próximos da aldeia. Embora se trate de uma grande propriedade, só emprega um pequeno número de habitantes da aldeia (o caseiro e os empregados domésticos). A mão-de-obra para trabalhar a vinha vem de áreas situadas na orla ou fora da região demarcada de produção de vinho do Porto. A quinta é uma empresa familiar, mas só dois dos membros da família – homens jovens cujos pais ainda superintendem os negócios familiares – vivem na aldeia. A sua permanência na aldeia tem a ver com motivos empresariais e, geralmente, só moram lá durante a semana. Quase todos os fins-de-semana estes dois homens, com as suas mulheres e filhos, vão para o Porto, onde vivem os seus pais.

Se existem famílias ligadas a esta aldeia que se aproximem de um *status* consensualmente considerado superior ao de lavrador, então estas estão bem representadas pela família proprietária da quinta que referi e por outra família detentora de grandes propriedades. Contudo, como tentarei explicar, o *status* de famílias como estas permanece ambíguo.

A categoria social de lavrador está presente em diferentes localidades ibéricas, as quais fazem parte de conhecidos trabalhos etnográficos. Entre muitos outros locais é uma categoria importante na aldeia leonesa estudada por Ruth Behar (Behar, 1986), na cidade andaluza estudada por Richard Maddox (Maddox, 1993), no Alentejo estudado por José Cutileiro (Cutileiro, 1977), na localidade do Douro Litoral estudada por Sally Cole (Cole, 1991), no Minho estudado por Caroline Brettell e João de Pina-Cabral (Brettell, 1986; Pina-Cabral, 1986: 4) e na terra fria de Trás-os-Montes investigada por Brian O'Neill (O'Neill, 1987). Em todos estes lugares os lavradores são definidos como camponeses proprietários o que, confundindo ainda um pouco mais, significa que os lavradores possuem a terra e também trabalham nela. Esta caracterização é tão exacta para o Alto Douro como para os restantes locais. Contudo, pelo menos no Alto Douro, trata-

³ Também um pseudónimo.

-se de uma palavra e de uma imagem utilizadas na prática social de diferentes maneiras, segundo os diferentes contextos sociais⁴.

Os habitantes da aldeia dividem-se, social e economicamente, noutras categorias além da de lavrador, principalmente na de jornaleiros (os que, para seu sustento, dependem do trabalho diário na agricultura) e na de trabalhadores da construção civil. Para este trabalho, a última categoria não é relevante.

Em *Socalcos*, cerca de 7 das 40 famílias existentes são lavradores no sentido clássico, isto é, obtêm o seu rendimento, em grande medida, da terra que possuem. As suas características são: têm vinhas suficientes para produzirem entre 15 a 70 pipas de vinho, obtendo a maioria desse vinho benefício; possuem casas que tendem a estar localizadas perto do centro da aldeia e nas quais armazenam quantidades substanciais de bens; normalmente, à volta das suas casas têm quintais, mas, mais importante numa aldeia de povoamento concentrado, possuem também hortas nos íngremes terraços dos vales que se estendem entre os montes circundantes. Aqui, cultivam batatas, feijão, couves e outros vegetais para consumo doméstico. O chefe de família trabalha nas suas vinhas durante o dia. É frequente estas serem afastadas umas das outras, mas, geralmente, não ficam a mais de um quilómetro e meio da residência familiar. A mulher trabalha na casa e, frequentemente, nas hortas da família, raras vezes visitando as vinhas – o que só faz, normalmente, durante as vindimas.

O ideal de auto-suficiência e de contenção é firmemente mantido nestas famílias, especialmente pelos homens cujo principal acto de fé parece ser, tal como me disse um homem unanimemente considerado como lavrador: «um bom lavrador deve ter em sua casa todo o material de que eventualmente possa necessitar. Não pode estar dependente dos outros». Gostaria de acentuar que a insistência do lavrador na importância do seu trabalho na terra é, provavelmente, tanto um sinal do valor que tem ocupar ou viver na proximidade da sua própria terra, como uma valorização do trabalho duro em si. Gostaria, também, de salientar que é complicado falar de independência numa economia vitícola. Alguns produtores de uvas dependem de forma vital dos compradores dessas uvas. Contudo, curiosamente, o rendimento monetário aumenta, frequentemente, a importância simbólica e real da posse de terra, e o sentido de separação espacial que esta posse de terra pode dar, mesmo num povoado concentrado.

Outras famílias da aldeia aspiram atingir o estatuto de lavrador. Existe um certo número de famílias que faz todos os esforços para manter as vinhas que herdou, que, continuamente, cultiva hortas que pode ter herdado ou que pode usar com a permissão dos donos das hortas. Normalmente, estas pessoas dependem

⁴ Trata-se, também, de um termo com grande importância em função do género, aspecto que abordo como assunto principal noutro trabalho.

tanto do seu trabalho diário como da produção da sua terra e querem, também, escapar à dependência de um salário diário. As suas aspirações devem ser vistas não tanto como a procura da posição social intermédia, mas como a procura de um estatuto verdadeiramente mais elevado do que aquele que ocupam. Muitas destas pessoas referir-se-ão a si próprias como lavradores e, embora os lavradores estabelecidos lhes possam recusar o título chamando-lhes jornaleiros, ou recusar-lhes o estatuto de uma forma mais velada chamando-lhes pequenos lavradores para os diferenciar do seu próprio estatuto de médios lavradores, é aceite que os que possuem as qualidades certas podem tornar-se médios (e, neste caso, não creio que «verdadeiros» seja uma má interpretação do que eles querem dizer com «médios») lavradores. Com efeito, existem actualmente lavradores, aqueles que agora correspondem à definição literal, que começaram como trabalhadores diários. Foi igualmente o trabalho diário que os guindou a um novo patamar, mas, neste caso, o trabalho diário na Europa do Norte, sobretudo em França. Embora as actuais expectativas de um movimento de ascensão social sejam consideradas menores do que há quinze anos, elas continuam a existir, havendo «lavradores-em-formação» que vêm à aldeia duas vezes por ano tratar de assuntos das vinhas antes de regressarem ao seu trabalho assalariado, em França⁵.

Além daqueles que ocupam as margens do estatuto de lavrador, existem pessoas com um baixo estatuto e com pequenas parcelas de terra, ou mesmo sem terra, que aspiram a uma condição inferior à dos pequenos proprietários. As suas ambições não parecem ser dominadas pelo desejo de se tornarem lavradores, porque fizeram uma avaliação bem realista da sua situação. Estas pessoas, que todos identificam como jornaleiros pobres, consideram ser impossível atingir o estatuto de lavrador e fogem ao desespero unicamente através do trabalho assalariado e do trabalho nas hortas em troca de uma parte da produção de vegetais.

Assim, a expectativa de atingir o estatuto de lavrador tem que se enquadrar numa lógica claramente definida. A posição social intermédia não domina as vontades de todos, mas apenas daqueles cuja experiência pessoal os faz sentir que

⁵ Deve realçar-se o facto de ter havido mudanças importantes nas relações económicas e sociais nos últimos trinta anos, o que parece estar firmemente ancorado na emigração. A seguinte observação feita por um habitante local torna isso bem claro: «Lavradores grandes em *Socalcos*, já houve antigamente muitos. Antigamente. Os grandes foram todos à falência. Venderam aos pobres, e os pobres ficaram. Hoje, praticamente, os que antigamente – há trinta anos ou há vinte e tal – não tinham uma cepa... são os lavradores. Foram para França. Fizeram uns tostóezinhos. E hoje são os lavradores, estes, os pequeninos, que não tinham nada, está a perceber? Em *Cimo*, praticamente isto não aconteceu». Embora tenha havido esta principal mudança, o argumento que defendo é, em parte, que há processos complexos – tanto endógenos com exógenos – que fazem com que a posição social do lavrador continue a ser importante em termos de regulação social local. Também se pode perceber pela citação que há a percepção de uma diferenciação fortemente localizada nos processos de formação dos lavradores.

existe uma hipótese de atingirem essa posição. A posse da terra é um aspecto essencial do estatuto de lavrador; trabalhar essa mesma terra é também uma parte essencial da identidade de lavrador, uma espécie de localização espacial da identidade, como acontece com a separação espacial e a auto-suficiência.

No entanto, ligadas a esta aldeia – e ainda aí a morarem em *part-time* – também existem famílias que têm terra, mas que já não a trabalham. Será que o facto destas famílias mais ricas não trabalharem a terra que possuem as desqualifica do estatuto de lavrador? Os lavradores que trabalham as suas terras têm uma opinião ambígua sobre o assunto. Assim, eles não se referem às duas famílias em questão como lavradores mas, simplesmente, como «os grandes»⁶. Os «grandes», contudo, apresentam-se a si próprios como lavradores, pelo menos em certos contextos. Não imprevisivelmente, estes contextos têm uma carga política. Os chefes das grandes famílias desenvolveram influências na região e, especialmente quando se trata de políticas relacionadas com a economia do vinho do Porto, estes homens apresentam-se como lavradores. A lógica simbólica disto tudo parece ser a seguinte: «só à medida que eu, enquanto político, tenho interesses básicos similares aos teus posso ser fiável como uma voz falando em teu nome. Eu sou um lavrador, o que significa que as minhas origens estão na terra. Consequentemente, podes confiar na minha linha de acção, e deves apoiá-la».

Tais homens têm, de facto, as origens na terra e isto, entre outras coisas, torna a sua posição social ambígua. São oriundos de famílias cujo estatuto de lavrador não era tão questionável há uma ou duas gerações atrás. Na aldeia, os adultos estão conscientes deste facto. Estes homens não reivindicam qualquer estatuto aristocrático mas possuem uma educação convencional e um estatuto profissional aos quais se ligam fortemente. O importante nesta combinação é que este estatuto profissional funciona como uma espécie de estatuto aristocrático, mostrando claramente às pessoas que estes homens não trabalham com as mãos; mas revela também que eles possuem alguma competência altamente valorizada que tem funcionado em benefício das populações locais. (Devo frisar que, em ambos os casos, eles exerceram as suas profissões localmente antes de alargarem os horizontes).

A ambiguidade do profissional com origens conhecidas na terra e laços contínuos com uma localidade, deixa-lhe em aberto essa posição social intermédia. A questão passa, então, a ser: em que termos é que esta posição intermédia é ocupada? O termo literal utilizado é, evidentemente, *lavrador*. É o termo usado para identificar estes homens nos meios de comunicação regional onde aparecem,

⁶ «Os grandes» é uma forma discutível de se referirem a um tipo de lavrador num discurso que aceita como dado adquirido uma categoria mais ampla de lavrador; mas é igualmente discutível que a «condição de lavrador» dos «grandes» seja deixada ambígua quando o termo «lavrador» é normalmente esquecido nas referências.

periodicamente, a fazer apelos ao governo central sobre a política regional ou aos eleitores locais, na época das eleições para a Casa do Douro. Mas, neste contexto, a identidade desse homem enquanto profissional também lhe é favorável: ele é visto como tendo não só a capacidade para compreender os interesses do lavrador, mas também a competência para perceber qual a melhor forma de defender estes interesses num complexo contexto político e legal. A ideologia gerada localmente sobre o estatuto de lavrador e a noção reformulada localmente sobre competência profissional funciona, em termos locais, como um suporte para estes homens. Mas também os deixa desconfiados, porque, em termos locais, não são aceites como verdadeiros lavradores e os seus motivos para falarem de forma tão pouco qualificada são vistos como pouco claros. Contudo, afinal, esta ideologia gerada localmente sobre a boa posição social intermédia – a do lavrador – é regenerada com a ajuda desta mediação de identidade através dos meios de comunicação regional.

No Alto Douro, primeira zona de capitalismo agrário em Portugal, como lhe chamou Conceição Andrade Martins (1988), a posição social intermédia no terreno de uma identidade social originada numa agricultura dominada por camponeses pode constituir uma surpresa. Mas, se este nível intermédio é importante aqui, não o é menos noutras partes de Portugal, embora sempre através de processos mediados regional e localmente.

Para terminar, deixem-me realçar a questão do *terreno*. Tanto Boaventura de Sousa Santos (1994: 133) como João de Pina-Cabral (1991) deram relevo à importância da diferenciação sociocultural regional, atribuindo-a à fraqueza de uma integração cultural controlada pelo Estado naquela que é, talvez, sem qualquer ironia, a nação europeia com as fronteiras mais antigas. Desde há muito tempo que forças transnacionais têm vindo a actuar em Portugal e desse processo parece não ter resultado qualquer homogeneização social e cultural. Mas a desintegração política também não parece estar próxima. Assim, quando se tenta perceber os desenvolvimentos nacionais, as regiões não podem ser ignoradas. O terreno intermédio da região, gerado localmente mas também orientado para além dos limites regionais, parece ser uma peça essencial do *puzzle* da cultura, sociedade e identidade portuguesas, já que elas estão estreitamente ligadas às mudanças provocadas pela integração em curso de Portugal na União Europeia.

BIBLIOGRAFIA

- BEHAR, Ruth – *The presence of the past in a Spanish village: Santa Maria del Monte*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- BENNEMA, Jan Willem – *Port, kerk en arbeidsvrede: Economische en politieke verhoudingen in Alto Douro, Portugal*. Nijmegen: Proefschrift Nijmegen, 1992.
- BRETTELL, Caroline – *Men who migrate, women who wait: Population and history in a Portuguese parish*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- COLE, Sally – *Women of the Praia: Work and lives in a Portuguese coastal community*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- CUTILEIRO, José – *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.
- FERREIRA, J. A. Pinto – *Nossa Senhora de Copacabana: Elemento contribuinte para a humanização religiosa da região duriense*. «Revista de Etnografia – Museu de Etnografia e História», vol. 13, tomo 1 (1969), p. 137-164.
- MADDOX, Richard – *El Castillo: The politics of tradition in an Andalusian town*. Urbana: University of Illinois Press, 1993.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto: Ensaio de Periodização*. «Análise Social», vol. 24, n° 1 (1988), p. 391-429.
- MEDEIROS, Fernando – *Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal: O contributo da escola de Le Play, 1908-34*. «Análise Social», vol. 23, n° 5 (1987), p. 97-116.
- O'NEILL, Brian – *Social inequality in a Portuguese Hamlet: Late marriage and bastardy, 1870-1978*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- PINA-CABRAL, João de – *Sons of Adam, daughters of Eve: The peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- PINA-CABRAL, João de – *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difusão Editorial, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins – *Douro: Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra, 1950.
- TORGA, Miguel – *Vindima*, 4ª ed. revista, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1971.
- VALAGÃO, Maria Manuel Gago Pontes – *Práticas alimentares numa sociedade em mudança: Estudo de caso numa freguesia do Alto Douro*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciência e Tecnologia, 1990. Dissertação de doutoramento.

